

ADITIVA Nº 03

Adicione-se artigo ao Anteprojeto de Lei, com a seguinte redação:

"Art. ... - Os recursos orçamentários e financeiros necessários ao funcionamento das Unidades Escolares Cívico-Militares ficarão a cargo da dotação orçamentária da respectiva corporação militar mantenedora, bem como do Fundo Estadual de Investimentos e Ações de Segurança Pública e Desenvolvimento Social (FISED), nos termos do artigo 5º, II da Lei Complementar nº 178, de 20 de dezembro de 2017".

Plenário Barbosa Lima Sobrinho, 04 de fevereiro de 2020.
Deputado WALDECK CARNEIRO

ADITIVA Nº 04

Adicione-se artigo ao Anteprojeto de Lei, com a seguinte redação:

"Art. ... - A proposta pedagógica das unidades escolares cívico-militares, em especial o currículo e a metodologia de avaliação, observará a regulamentação sobre a matéria fixada pela Lei nº 4.528, de 28 de março de 2005, pela Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e pelo Conselho Estadual de Educação do Rio de Janeiro."

Plenário Barbosa Lima Sobrinho, 04 de fevereiro de 2020
DEPUTADO WALDECK CARNEIRO

ADITIVA Nº 05

Adicione-se artigo ao Anteprojeto de Lei, com a seguinte redação:

"Art. ... - Os cargos de direção, magistério, coordenação, supervisão e orientação pedagógica nas Unidades Escolares Cívico-Militares serão ocupados por quadros da respectiva corporação militar mantenedora, observados os requisitos de formação para o exercício daquelas funções, na forma da legislação educacional em vigor."

Plenário Barbosa Lima Sobrinho, 04 de fevereiro de 2020
DEPUTADO WALDECK CARNEIRO

ADITIVA Nº 06

Adicione-se parágrafo ao Artigo 1º do Anteprojeto de Lei, com a seguinte redação:

"Art. 1º - (...) (...) § - As Unidades Escolares Cívico-Militares integram o Sistema de Ensino do Estado do Rio de Janeiro, instituído pela Lei nº 4.528, de 28 de março de 2005, submetendo-se às deliberações do Conselho Estadual de Educação do Rio de Janeiro."

Plenário Barbosa Lima Sobrinho, 04 de fevereiro de 2020
DEPUTADO WALDECK CARNEIRO

MODIFICATIVA Nº 07

Modifique-se o Artigo 1º do do Anteprojeto de Lei, que passa a ter a seguinte redação:

"Art. 1º Fica instituído o modelo de unidade escolar cívico-militar no Bairro Abolição, Município do Rio de Janeiro, vinculado às corporações militares do Estado do Rio de Janeiro."

Plenário Barbosa Lima Sobrinho, 04 de fevereiro de 2020
DEPUTADO WALDECK CARNEIRO

Id: 2235801

Comissões

PERMANENTES

PARECER

DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS, FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE AO PROJETO DE LEI Nº 4551/2018, QUE "DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DE PROGRAMA DE PREVENÇÃO DA SAÚDE DA DOENÇA DE WILSON OU HEPATOLENTICULAR, NO ÂMBITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO".

Autor: Deputado ÁTILA NUNES

Relator: Deputado MARCIO CANELLA

(FAVORÁVEL)

I - RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei nº 4.551/2018, de autoria do nobre Deputado Áttila Nunes, que dispõe sobre a criação de Programa de Prevenção da Saúde da Doença de Wilson ou Hepatolenticular, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro.

II - PARECER DO RELATOR

O presente projeto não encontra nenhum óbice constitucional, legal ou regimental para a sua devida tramitação, pelo que deve o seu mérito ser analisado pelo Plenário deste Parlamento. Ademais, os eventuais custos com tal procedimento não podem suplantar o valor de uma única vida que seja amparada por este Programa, ressaltando o entendimento de que a criação de Programas de Governo reveste-se de caráter meramente autorizativo, sendo, na verdade, uma recomendação ou sinalização do Legislativo ao Poder Executivo de uma medida relevante que deve ser incorporada às ações públicas de sua gestão, cabendo ao Chefe do Executivo a sua devida e efetiva implementação, conforme a sua conveniência e oportunidade.

Em razão do exposto, meu parecer é FAVORÁVEL ao Projeto de Lei nº 4.551/2018.

Sala das Comissões, em 17 de outubro de 2019.

(a) Deputado MARCIO CANELLA - Relator

III- CONCLUSÃO

A COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS, FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE, na 14ª Reunião Extraordinária, realizada em 12 de dezembro de 2019, aprovou o parecer do Relator, FAVORÁVEL ao Projeto de Lei nº 4551/2018

Sala das Comissões, 12 de dezembro de 2019.

(a) Deputados: MÁRCIO CANELLA - Presidente, ZEIDAN LULA, LUIZ PAULO e ELIOMAR COELHO - Membros Efetivos.

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA CONJUNTA

Aos dez dias do mês de junho de dois mil e dezenove, às dezessete horas, na Capela Ecumênica da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, reuniu-se a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania, com a presença da Senhora Deputada Renata Souza - Presidente em conjunto com a Comissão de Combate às Discriminações e Preconceitos de Raça, Cor, Etnia, Religião e Procedência Nacional, Comissão de Educação, Comissão de Ciência e Tecnologia e Comissão Especial da Juventude, para tratar do tema: "Cotas Raciais e Políticas de Ações Afirmativas: Enfrentamento ao racismo na Educação". Sua Excelência, a Presidenta Deputada Renata Souza, declarou aberta a Audiência Pública, conforme convocação por edital publicado em sete de junho de dois mil e dezenove. Sua Excelência, a Senhora Presidenta, Deputada Renata Souza, solicitou que fosse publicada, na íntegra, a transcrição taquigráfica da presente Audiência Pública. ENCERRAMENTO: A seguir, como não houvesse nada mais a tratar, e como ninguém quisesse fazer uso da palavra, a Senhora Presidenta suspendeu a reunião, para que eu, Viviane Nicolau de Sousa da Rocha, Secretária, matrícula 201.666-5, lavrasse a presente Ata. Reabertos os trabalhos, foi a Ata lida, aprovada, tendo sido assinada por mim e pela Senhora Presidenta. Capela Ecumênica da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, em dez de junho de dois mil e dezenove. (a)Viviane Nicolau de Sousa da Rocha - Secretária - Mat. 201.666-5; (a)Deputada Renata Souza - Presidenta.

(Notas taquigráficas)

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Carneiro) - Dou por abertos os trabalhos da presente audiência pública.

Além da Comissão de Ciência e Tecnologia e Comissão Especial da Juventude, também convocam esta audiência pública a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania, a Comissão de Educação, e a Comissão de Combate às Discriminações e Preconceitos de Raça, Cor, Etnia, Religião, e Procedência Regional.

Registro a Mesa, Deputados Rodrigo Amorim e Alexandre Knoploch, agora a Deputada Mônica Francisco. Na qualidade de presidente de uma das Comissões, vou suspender a audiência por 20 minutos. Está suspensa a audiência por 20 minutos. (Pausa)

(Audiência Suspensa)
O SR. PRESIDENTE (Waldeck Carneiro) - (Reinício da audiência.)

Essa audiência pública, nós estamos com uma atividade promovida em conjunto por várias comissões da Assembleia Legislativa, e é garantido às comissões que compõem esta audiência pública são Permanente pelo Combate às Discriminações; Comissão Permanente de Educação; Comissão Permanente de Ciência e Tecnologia; Comissão Permanente de Direitos Humanos e Cidadania, da Comissão Especial de Juventude, presidida pela Deputada Dani Monteiro, e de volta à Mesa. E eu tenho à Mesa também a Deputada Mônica Francisco, o Deputado Rodrigo Amorim e Alexandre Knoploch. Estamos aguardando outros deputados que estão a caminho.

Na composição da Mesa, eu quero de saída convidar a Professora que representa a instituição que nos acolhe e nos recebe, a instituição anfitriã dessa audiência, a Professora Tânia, sub-Reitora de graduação da UERJ (Aplausos). A Professora vai fazer o primeiro pronunciamento, anfitriã, desta audiência pública. Quero convidar também para compor a Mesa representação da Asduerj na figura do Professor Guilherme Abelha. Seja bem-vindo. (Aplausos) Chamando a coletiva do Proafro, Ana Paula Procópio, por favor. (Aplausos) Outro coletivo Proinciar, representado pela Elielma Machado, também venha conosco para a composição dessa Mesa. (Aplausos) Convido também para a composição desta Mesa Educafro, como representação da Educafro, por favor. Muita alegria que Educafro esteja conosco. (Aplausos) Vou pedir para a Deputada Mônica Francisco fazer a chamada das próximas representações aqui à Mesa.

A SRA. MÔNICA FRANCISCO - Boa noite. Eu gostaria de convidar para compor a Mesa o Coletivo Patrice Lumumba. (Aplausos) Para compor a Mesa, Janderson Dias, representando o Levante Popular da Juventude, e em seguida Isa Santos, representando o Coletivo Quilombo Vermelho, Daniela Beatriz, representando o DCE da UERJ.

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Carneiro) - Deputada Dani Monteiro continua a chamada para a composição da Mesa.

A SRA. DANI MONTEIRO - Querida chamar também o Coletivo Rua Juventude Anticapitalista, na pessoa de (inaudível) Peixoto. (Aplausos) Chamar o próprio Fontes, representante da Rede (inaudível)(Aplausos). Chamar também (inaudível) CAp UERJ, na figura da leda (inaudível). Gostaria de convidar para compor a Mesa, o Souza, representando o Coletivo Luísa Mahin. (PALMAS) Pesquisadora Raquel Barros, da FASE. (PALMAS) Pablo Fontes, representante da Emancipa. (PALMAS)

Deputadas e Deputados aqui presentes: Deputado Rodrigo Amorim, Deputado Alexandre Knoploch.

Passo a condução para o Professor Deputado Waldeck Carneiro.

O SR. WALDECK CARNEIRO - Obrigado.

Eu queria acrescentar na composição da Mesa a representação do Fórum Permanente de Diálogo com as Mulheres Negras da Alerj, Professora Ana, por favor. (PALMAS) Professora Luciene, do Fórum Permanente de Diálogo com as Mulheres Negras da Alerj, pioneiras do parlamento brasileiro. Luciene, por favor, componha a Mesa.

Bom, meus amigos, minhas amigas, estudantes, professores, servidoras e servidores técnicos administrativos da Uerj, eu pergunto se há representação nessa audiência da Ueuzo ou da Uenf. Se houver, por favor, que esteja conosco aqui na Mesa também porque, afinal de contas, a lei estadual em vigor, que dispõe sobre o sistema de cotas, refere-se ao conjunto das instituições de Ensino Superior do Estado do Rio de Janeiro. Portanto, é bom fazer esse registro.

Esse é o tema da nossa audiência.

A nossa audiência trata da política de cotas nas universidades estaduais e nas instituições de Ensino Superior estaduais, portanto, alcança também outras instituições estaduais que não têm caráter universitário, mas oferecem cursos superiores como é o caso, por exemplo, da Faetec.

E, no ano passado, Professora Tânia Melo com ampla participação das comunidades acadêmicas das nossas universidades estaduais, a Assembleia Legislativa prorrogou a vigência da lei que estava em vigor, desde 2008, que foi a lei que instituiu o sistema de cotas nas universidades estaduais.

Registro e já convido para a Mesa o Deputado Flávio Serafini. (PALMAS)

Pois bem, então, com a lei, que em 2008 tinha sua vigência a expirar no ano de 2018, a Assembleia Legislativa se debruçou sobre o tema através de audiências públicas, de reuniões e discussões nas Comissões temáticas afetadas ao tema e concluiu a votação, no ano de 2018, em dezembro de 2018, da Lei Estadual 8.121 - perdão, em 27 de setembro de 2018 -, que consolidou a prorrogação do sistema de cotas no Estado do Rio de Janeiro, avançando em vários outros disciplinamentos em função dos debates que travamos aqui.

Essa é uma lei de cotas que atinge o conjunto de segmentos da sociedade fluminense, de um modo geral, mais atingidos por fenômenos que os vulnerabilizam no dia a dia da sociedade.

Portanto, além das cotas étnico-raciais - que atingem negros, indígenas, quilombolas -, nós temos também cotas que alcançam, por exemplo, filhos de policiais, militares, bombeiros, enfim, mortos em serviço. Nós temos todos esses segmentos atravessados por um corte comum, que é o corte de hipossuficiência econômica. Portanto, essa é uma lei de cotas que combina.

Registro a presença da Deputada Renata Souza, que já convido para a Mesa. (PALMAS)

Renata Souza é presidente de outra Comissão que propõe também em conjunto essa audiência, a Comissão dos Direitos Humanos e Cidadania.

Pois bem, então, a Assembleia Legislativa tinha ultrapassado essa etapa e consolidado essa política pública com a prorrogação da vigência do sistema de cotas, em 2018, como eu disse, política essa que, inclusive, apresenta resultados indicadores muito positivos em várias esferas, sejam do ponto de vista da conclusão dos estudos, feita pelos alunos cotistas, porque como esses percentuais de abandono e evasão são muito pequenos, portanto, há um aproveitamento quase integral das vagas ocupadas por estudantes cotistas e, além disso, um outro indicador que é importante ressaltar, no que tange, Deputada Dani Monteiro, ao desempenho acadêmico.

No início da vigência da Lei de Cotas em 2008, Flávio, debatemos muito esse tema na Comissão de Educação, havia - ainda há - uma carga forte de preconceito que buscava forjar uma realidade que nunca se confirmou, qual seja: os estudantes cotistas tinham um desempenho acadêmico inferior aos estudantes não cotistas. Isso nunca se confirmou. Ao contrário, em todos os estudos que pesquisadores e pesquisadoras se debruçaram sobre o sistema de cotas e sobre o desempenho acadêmico pelos estudantes, constataram que não havia absolutamente nenhuma diferença relevante do ponto de vista científico, estabelecendo distinção entre o aproveitamento de cotistas e não cotistas.

Ao contrário, inclusive em muitas áreas do conhecimento e em muitas experiências acadêmicas, seja no discurso de evasão, seja nos projetos de pesquisa, seja nos projetos extensionistas, muitos desses estudantes - e como é óbvio - apresentaram um desempenho e trajetória acadêmica muito bem sucedida, muitos, inclusive, saíram do sistema de cotas na graduação e avançaram para o mestrado, avançaram para o doutorado, enfim. E que, portanto, esse argumento caiu por terra, porque não havia empiria que o sustentasse do ponto de vista dos estudos empreendidos.

Estamos fazendo essa audiência hoje aqui porque há uma proposta em tramitação na Assembleia Legislativa, o autor está aqui na Mesa, o Deputado Rodrigo Amorim, cuja presença eu já registrei, que apresentou um Projeto de Lei na Assembleia Legislativa para suprimir o sistema de cotas no Estado do Rio de Janeiro...

(Manifestação nas galerias)

Particularmente no tocante às cotas raciais. Eu quero esclarecer que é uma proposta apresentada pelo Deputado Rodrigo Amorim, não busca suprimir por completo o sistema de cotas, mas busca suprimi-lo no tocante às cotas raciais.

(Manifestação nas galerias)

Portanto, por conta desse Projeto de Lei...

Pessoal, a proposta está apresentada, nós vamos debatê-la como debatemos como e qualquer Projeto de Lei, como Projeto de Resolução apresentado na Assembleia.

Aliás, recentemente, nós debatemos intensamente e derrubamos um Projeto de Resolução que buscava constituir uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar as universidades estaduais. (Palmas) O projeto foi debatido e deliberado nessa direção. A mesma coisa acontecerá e tem de acontecer com o projeto apresentado pelo Deputado Rodrigo Amorim, que tem todo direito de apresentar. Ele será debatido e eu espero que ele seja devidamente enterrado e derrotado. (Palmas)

Nós combinamos, na condução dessa audiência, que as comissões que a propuseram se revezariam no comando da audiência, na condução da audiência. Então, dentro do que combinamos eu cedo agora a palavra à Deputada Dani Monteiro e, em seguida, passo a palavra a nossa anfitriã, a profa. Tânia Melo.

Aqui fazer um registro, até o Minc, o Flávio, a Renata, a Dani sabem disso, eu tenho uma agenda importante agora às 18h30 no Centro do Rio, não podia deixar de vir, em algum momento sairei discretamente, sem alarde, mas estamos à disposição nessa luta há muito tempo e, portanto, é importante estar aqui.

Passo a palavra à nossa anfitriã, Profa. Tânia Melo e, ao passar a palavra para a profa. Tânia eu quero agradecer muito a capacidade de organização, de mobilização da comunidade acadêmica da Uerj. (Palmas)

Assim como também da Uenf e da Ueuzo, que foram determinantes para que a Assembleia Legislativa pudesse... (Pausa)

Isso foi determinante para que nós arquivássemos o Projeto de Resolução sobre as CPis. É claro que nós estamos vivendo um ambiente de muitos ataques à ciência brasileira, um ambiente de muitos ataques às instituições de ensino superior, de pesquisa, de pensamento, de educação e cultura. Isso não é, do meu ponto de vista, aleatório. Não é casual. Isso tem a ver com o projeto que busca fazer com que o Brasil abra mão, por completo, da sua soberania. Não há país soberano sem que esteja lastreado em investimentos robustos em formação de quadros, em ciência, em pesquisa e em inovação. E não é o que se conduz hoje no Brasil contemporâneo.

O Presidente Jair Bolsonaro está colocando o Brasil de joelhos diante dos interesses do capital internacional, diante dos Estados Unidos da América do Norte. Portanto é um projeto que abre mão da soberania. E, se abre mão da soberania, não faz sentido, sob essa lógica, investir em ciência, em pesquisa, em inovação e formação de quadros.

Mas, não é só isso. É o projeto também que busca guerrear com as universidades, porque reconhece nas universidades aquilo que elas são de fato, lugar com vocação e por essência de formulação do pensamento crítico, do pensamento libertário, do pensamento emancipado. Essa é a vocação, essa é a natureza das universidades, que não serão caladas por um governo fascista de plantão. (Palmas)

Por isso é muito importante contrapor, atuando. Mas, além da questão da soberania, além da guerra ideológica - e aí eu concluo - tem a terceira dimensão do ataque às universidades públicas, aos institutos de pesquisa, que se faz no Brasil, que é a dimensão que está diretamente vinculada à audiência de hoje, que é a tentativa de interromper o processo de popularização do acesso às universidades públicas.

Ainda bem que, com muita luta, com muita movimentação, com muita perseverança, movimentos populares, movimentos negros, estudantes indígenas, quilombolas passaram a frequentar, por direito, as universidades públicas. A cor da pele dos estudantes das universidades públicas mudou, a procedência regional mudou, a origem socioeconômica mudou. Isso é muito importante, porque tem consagrado a diversidade dessas instituições e garantindo, ainda mais, a sua qualidade acadêmica. Entre tudo que está em jogo, é isso que trataremos hoje nesta audiência e concluo, portanto, esta intervenção.

Antes de passar à professora Tânia, passo a palavra para a professora Mônica Francisco, que é da Comissão permanente aqui de Combate às Discriminações e Preconceitos de Raça, Cor, Etnia, Religião e Procedência Nacional. (Palmas)

A SRA. MÔNICA FRANCISCO - Deputado, só instantinho.

O SR. RODRIGO AMORIM - Haverá execução do Hino Nacional Brasileiro ou não? (Manifestação do público). Haverá, Sr. Presidente?

O SR. WALDECK CARNEIRO - Eu esclareço... Obrigado pela Questão de Ordem, Deputado Rodrigo Amorim.

Eu esclareço que V.Exa. está no primeiro mandato na Assembleia Legislativa, portanto, é normal que ainda esteja conhecendo um pouco o Regimento Interno da Casa.

O Hino Nacional Brasileiro, do qual nós temos muito orgulho, é executado nas sessões solenes da Assembleia Legislativa. (Palmas). Esta não é uma sessão solene. Esta é uma audiência pública, Deputado Rodrigo Amorim. Portanto, eu acho que eu esclareci a questão de ordem de V.Exa.

Deputado Rodrigo Amorim, eu vou concluir a minha resposta. V.Exa. fez uma pergunta, com todo direito e legitimidade, eu respondi. E posso até exemplificar. Não seria necessário, mas em deferência a V.Exa. eu farei. V.Exa. recentemente presidiu uma audiência pública da Comissão de Orçamento, Finanças, Fiscalização Financeira e Controle, foi presidida por V.Exa.

O SR. RODRIGO AMORIM - Na casa?

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Carneiro) - Na casa. Começou com 45 minutos de atraso e não teve execução do Hino Nacional Brasileiro. Portanto nós temos...

(INAUDÍVEL)

(Manifestação do público)

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Carneiro) - Pessoal, vamos esclarecer esse ponto para a audiência... Deputado Rodrigo Amorim. (Manifestação do Público).

Pessoal, vamos esclarecer essa questão de ordem rapidamente. Microfone para o Deputado Rodrigo Amorim, por favor.

O SR. RODRIGO AMORIM - Muito obrigado, Sr. Presidente. Não é para causar polêmica, é uma questão simples, regimental. De fato, não está no regimento. Mas só que - talvez V.Exa. não conheça - isso aqui não é uma palestra, é uma audiência formal.

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Carneiro) - Audiência pública.

O SR. RODRIGO AMORIM - E sempre que um Poder visita outro Poder há execução, por tradição, do Hino Nacional Brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Carneiro) - Obrigado.

O SR. RODRIGO AMORIM - Então, deveria ser lei, exigência da lei. O patriotismo do seu coração...

(TRECHO INTELIGÍVEL)

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Carneiro) - Obrigado. A questão está superada.

O SR. O SR. ALEXANDRE KNOPLOCH - Peço uma questão de ordem.

Eu passo a palavra à Professora Tânia.

(TRECHO INTELIGÍVEL)

A PROFESSORA TÂNIA - (TRECHO INTELIGÍVEL) Uma coisa que eu considero muito séria. Não precisamos ter o hino tocado. Nós podemos ter o hino cantado. E vamos canta-lo agora.

(Manifestação nas galerias)

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Carneiro) - Professora Tânia Melo. Deputado Alexandre Knoploch, a sua questão de ordem será concedida após a intervenção da nossa anfitriã.

Professora Tânia...

(Manifestação nas galerias)